

Economia em Debate

nº 245

(10/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Dyogo assume e diz que BNDES agora vai ser diferente

O Estado de S. Paulo - 10/04/2018

Ex-ministro de Planejamento, Dyogo Oliveira tomou posse ontem como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na cerimônia de posse, prestigiada pelo presidente Michel Temer e ministros de governo, Dyogo defendeu o legado do atual governo e disse que o País vive um novo ciclo de crescimento, que deverá durar de 10 a 12 anos e no qual o banco terá papel crucial. “Na era de juros baixos, o BNDES será diferente. Não será nem maior nem menor, será diferente”, garantiu o novo presidente do banco, que pediu que a atual diretoria permanecesse, anunciou que revisará o planejamento estratégico, mas prometeu manter as metas de desembolso. Além de Temer, dois presidentiáveis assistiram a posse: Henrique Meirelles e Paulo Rabello de Castro.

Caixa vai baixar juros imobiliários, diz presidente

O Estado de S. Paulo - 10/04/2018

O novo presidente da Caixa, Nelson Antônio de Souza, afirmou ontem que o banco vai reduzir os juros do crédito imobiliário ainda neste mês. Ele falou durante o Summit Imobiliário 2018. Souza, porém, não promete a taxa mais baixa do mercado, como no passado. “Não podemos botar banca se não tivermos condição”, disse.

A Caixa Econômica Federal vai reduzir ainda neste mês os juros do crédito imobiliário que utiliza recursos da caderneta de poupança. O corte, no entanto, não levará o banco a oferecer, novamente, as taxas mais baixas do mercado. “Não podemos botar banca se não tivermos condição”, disse Nelson Antônio de Souza, novo presidente da instituição financeira, em sua primeira entrevista desde que assumiu o comando do banco há uma semana no lugar de Gilberto Occhi, que foi deslocado para o Ministério da Saúde.

O movimento da Caixa de cortar os juros para o financiamento da casa própria vem com atraso em relação aos concorrentes privados que começaram a reduzir as taxas à medida em que o Banco Central cortou a Selic, taxa básica de juros da economia. Entre os maiores bancos do País, a Caixa é o único que ainda cobra juros de dois dígitos no crédito imobiliário.

A redução já estava em estudo na gestão de Occhi, mas foi impulsionada com a recente decisão do BC de diminuir os depósitos compulsórios – dinheiro que os bancos são obrigados a deixar parado no Banco Central, sem poder usar para novos empréstimos, por exemplo. Leia a seguir trechos

da entrevista concedida ao Estadão / Broadcast durante o Summit Imobiliário Brasil 2018, evento promovido pelo Grupo Estado.

- O senhor tem menos de um ano de gestão no comando da Caixa, considerando que o Governo mude nas próximas eleições. O que dá tempo de fazer? Primeiro, é dar continuidade ao trabalho que o (Gilberto) Occhi vinha

fazendo e que permitiu um lucro considerável ao banco no ano passado, de R\$ 12,5 bilhões (no critério ajustado). Mas eu diria que trabalhar em áreas que tenham um balanço social forte, que é o caso da habitação. Vejo também que as PPPs (parcerias público privadas) são outra saída que podemos chegar, mas não sei se teríamos um resultado já em 2018. E sempre colocando esses produtos para setores que gerem emprego e renda. Esse é o foco. Em harmonia com o Conselho de Administração sob o ponto de vista de utilizar uma política de governo sem, contudo, abrir mão da governança e da consistência de resultados econômicos e financeiros da Caixa.

- E a redução de juros nas linhas de crédito imobiliário que usam recursos da caderneta de poupança vem quando?

Vamos anunciar o mais breve possível. Nesta semana já não dá mais, mas ainda em abril nós queremos divulgar a nova taxa de juros da Caixa no crédito imobiliário.

- A Caixa vai voltar a ter a taxa mais atrativa do mercado?

Eu diria que a Caixa vai ter taxas compatíveis ao mercado. Não gosto muito de dizer que é a menor. Nós só podemos botar banca se tivermos condições.

- A mudança nos depósitos compulsórios ajuda o movimento de redução dos juros no crédito imobiliário?

Vai nos dar um fôlego. A mudança no compulsório melhorou a nossa tomada de divisão, mas já vínhamos estudando.

Auditoria contra novas fraudes em fundos de pensão O Estado de S. Paulo - 10/04/2018

Demorou, mas entrou em vigor, finalmente, a obrigatoriedade de todos os fundos de pensão fechados dos setores público e privado contratarem serviços de auditoria independentes, com profissionais certificados e registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para fiscalizar suas contas. O objetivo é evitar operações irregulares, fraudes ou investimentos de alto risco, como vinha ocorrendo em fundos de empresas estatais, que tiveram um rombo de R\$ 42 bilhões. Tais medidas moralizadoras já haviam sido aprovadas em 2017 pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), mas só passaram a vigorar na terça-feira passada, com sua publicação no Diário Oficial da União.

O CNPC também determinou que, a partir do fim de 2018, os 17 maiores fundos de pensão do País – grupo que inclui, entre outros, a Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás), Valia (Vale) e Postalís (Correios) – terão de criar um comitê de auditoria estatutário, composto de três a cinco membros, de acordo com o que dispõe a legislação.

Os auditores ou os comitês de auditoria devem comunicar, no prazo de dez dias, a ocorrência ou a suspeita de fraude ou irregularidade à Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc) para providências. O objetivo declarado é “aumentar o escopo da supervisão e proporcionar maior confiabilidade das informações contábeis”.

Pode-se alegar que, mesmo antes das novas normas, algumas entidades fechadas de previdência complementar já tinham como praxe contar com auditoria. Se isso é verdade, o fato é que tais serviços não impediram verdadeiros escândalos financeiros, como ocorreu no caso notório do Postalís, do qual foram desviados cerca de R\$ 500 milhões.

Quando há déficits, só há duas saídas de acordo com as boas normas atuariais: corte no valor das aposentadorias pagas (Postalís) ou aumento das contribuições da empresa patrocinadora e dos associados ainda na ativa (Petros).

Convém notar que serviços de auditoria não podem ser confundidos com os de empresas de consultoria de investimentos. A propósito, o caso do Postalís é ilustrativo. Como noticiou o Estado, a empresa que dava aval a aplicações do fundo é a mesma que, por meio de sua unidade de auditoria, fora contratada para analisar e periciar as contas do fundo.

Nova equipe econômica teme não ter força para conter despesas

O Estado de S. Paulo - 10/04/2018

O risco de isolamento da nova equipe econômica é a principal preocupação no Ministério da Fazenda. O temor, segundo fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, é que o ministro Eduardo Guardia não tenha canal de comunicação com o Palácio do Planalto e a mesma liberdade de ação que o seu antecessor Henrique Meirelles, que deixou o cargo para tentar viabilizar sua candidatura à Presidência.

Guardia será efetivado hoje como ministro da Fazenda em cerimônia no Palácio do Planalto. Por enquanto, integrantes do primeiro escalão do ministério, que chegou a ser apelidado de “dream team”, seguem com Guardia na Fazenda, mas baixas mais à frente estão no radar e ficam dependentes da articulação do governo para manter a direção de política econômica e barrar novas perdas de receitas e aumento de despesas. A avaliação de integrantes do primeiro escalão da equipe econômica é a de que o protagonismo do Ministério da Fazenda não é mais o mesmo do início do governo e pode diminuir ainda mais.

Uma das cotadas para assumir a secretaria executiva do ministério é a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, que também não tem trânsito muito bom com parlamentares da base de governo, o que poderia dificultar o diálogo com o grupo de ministros mais próximos do presidente Michel Temer e aumentar ainda mais a resistência às medidas de contenção das despesas.

Segundo um integrante da equipe econômica, a semana passada foi muito ruim para o ajuste fiscal com a derrubada de vetos presidenciais, principalmente

com o Refis (parcelamento de débitos tributários) das micro e pequenas empresas e de produtores rurais. Receitas. A perda de receita significa revisão do Orçamento não só de 2018, mas também em 2019. A meta indicativa de déficit de R\$ 139 bilhões para o ano que vem, que contava com uma folga de R\$ 10 bilhões, poderia cair para um déficit de R\$ 129 bilhões, mas já não há mais espaço agora para essa melhora.

A meta indicativa deverá se referendada no envio ao Congresso na sexta-feira do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem. Os técnicos do ministérios do Planejamento e da Fazenda defendem a manutenção dessa meta, que não considera receitas atípicas que dependem de decisões de política econômica ainda não aprovadas.

Além do impacto dos vetos na arrecadação em 2018, o governo perdeu receitas também em 2019, valor que, num cálculo preliminar, supera R\$ 10 bilhões. A equipe econômica também já não pode contar em 2019 com a arrecadação de R\$ 2,2 bilhões com a Medida Provisória que elevava de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores. A MP perdeu validade. Também caducou a MP que eleva a tributação de fundos de investimentos exclusivos para investidores de alta renda.

Para analistas, IPCA subiu apenas 0,12% em março **Valor Econômico - 10/04/2018**

A queda mais fraca dos alimentos e reajustes das tarifas de eletricidade não impediram que a inflação permanecesse em patamar atipicamente baixo em março, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 28 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu apenas 0,12% no mês passado. O número, se confirmado, seria a menor alta do indicador para o período desde a criação do Plano Real, em 1994.

As previsões para o indicador, a ser divulgado hoje pelo IBGE, vão de alta de 0,09% até 0,16%, seguido de avanço de 0,32% em fevereiro. No acumulado em 12 meses, a expectativa é que a inflação medida pelo IPCA também recue, de 2,84% para 2,71%. Assim, o índice completaria nove meses seguidos abaixo do piso da meta do BC (3%).

Para a LCA Consultores, o índice subiu 0,11% em março, com desaceleração em diversos grupos. Nos transportes, a consultoria trabalha com redução de 0,16%, depois de aumento de 0,74% em fevereiro, com taxas negativas em passagem aérea e automóvel usado, e altas menores nos preços de automóvel novo, gasolina e etanol.

Na parte de despesas pessoais, a alta deve diminuir de 0,17% para 0,08% na passagem mensal, estima a LCA, em boa medida pela deflação nos preços de recreação. O grupo educação, pressionado pelas correções sazonais de mensalidades escolares e cursos, aumentou 3,89% em fevereiro. Agora, a expectativa é de alta de 0,27%.

"O fim do impacto sazonal dos reajustes de educação deve explicar a desaceleração do IPCA", afirma a equipe do BNP Paribas, que trabalha com alta de 0,12% para o índice em março. A medida em 12 meses deve recuar para 2,71%, movimento temporário de acordo com o BNP. O IPCA deve encerrar o ano com alta de cerca de 3,5%, prevê o banco.

Caso a previsão de avanço de 2,74% para a inflação nos 12 meses até março se confirme, já seriam três trimestres consecutivos em que o IPCA estaria abaixo do piso da meta, diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator. Para a variação mensal, Gonçalves prevê aumento de 0,15% para o indicador. "Neste mês, a energia elétrica deve começar a puxar a inflação para cima. Contudo, o grupo de transportes, inclusive passagens aéreas e combustíveis, deve exercer efeito oposto, juntamente com o fim da alta em educação, explica Gonçalves.

Ao atingir 2,7% em março, a inflação acumulada em 12 meses terá ficado 0,4 ponto abaixo da estimativa feita pelo mercado e também pelo BC três meses atrás, comentam os economistas do UBS. As surpresas constantes com os índices e também com os núcleos inflacionários levaram o BC a reduzir mais os juros do que o planejado há alguns meses, afirmam os analistas do banco.

Governo usará indicador do Ipea em reajuste de contratos de TI

Valor Econômico - 10/04/2018

Os custos do setor de tecnologia da informação cresceram quase o dobro da inflação oficial do país em um ano, mostra um novo índice de preços do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desenvolvido para balizar com mais precisão o reajuste anuais dos contratos do governo federal com prestadores de serviços no setor.

O chamado Índice de Custos da Tecnologia da Informação (ICTI) avançou 4,91% no acumulado de 12 meses encerrados em fevereiro. No mesmo período, o IPCA avançou 2,84% e o IGP-M recuou 0,42%. De acordo com o Ipea, o movimento descolado dos demais índices de preços foi explicado pelo aumento do custo da mão de obra do setor.

"O índice comportou-se de forma parecida com o IGP-M até 2016. Depois, descolou-se com o crescente aumento de gastos com pessoal, que respondem por quase a metade dos custos da área de tecnologia da informação", disse Marco Cavalcante, diretor-adjunto de estudos e políticas macroeconômicas do Ipea.

Segundo ele, cotação do dólar também tem influência os custos do setor de tecnologia da informação, por conta do peso de equipamentos de informática, boa parte importados.

De acordo com o "Painel Gastos de TI", mantido pela Controladoria-Geral da União, o governo federal empenhou no ano passado R\$ 6,4 bilhões com tecnologia da informação, dos quais R\$ 1,7 bilhão com serviços técnicos profissionais e R\$ 676 milhões com equipamentos de processamento de dados.

Segundo Cavalcante, além dos contratos do governo federal no setor, o índice também pode ser usados pelo setor privado para balizar contratos com seus fornecedores de tecnologia da informação. "É um índice que poderia ser usado por empresas em contrato do setor, pode subsidiar relações das empresas da área", disse ele.

A avaliação da estrutura de custos das empresas na área de TI foi realizada a partir da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE. Foram considerados classes de despesas como pessoal, material de escritório, aluguel de imóveis, comunicação, energia e depreciação e amortização. O índice é alimentado por preços coletados nas pesquisas do IBGE e da FGV.

Chance de independência do BC virar lei é baixa

Valor Econômico - 10/04/2018

A probabilidade de o projeto de lei de independência do Banco Central, com mandatos para o presidente e diretores, ser convertido em lei é baixa nos próximos 180 dias, segundo avaliação do grupo Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

O projeto foi incluído na pauta de plenário da Câmara pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que negociou pessoalmente com representantes do Banco Central e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. A Casa Civil do governo Temer é contra a iniciativa.

A proposta será um texto substitutivo a um projeto de 1998, do próprio Executivo, que deve ter como relator em plenário o deputado Celso Maldaner (MDB-SC). O projeto estabelece mandato de quatro anos para o presidente e diretores do BC e algumas hipóteses para demissão.

Caso aprovado pelo plenário da Câmara, o projeto ainda terá que passar pela análise do Senado.

O levantamento do Cebrap/Ello engloba 58 projetos com impacto econômico que estão na pauta de votação em plenário ou terminativa nas comissões (quando dispensa análise pelo plenário). A probabilidade de sanção, baseada num modelo estatístico que considera o histórico de votações do Legislativo desde 1988, é referente aos próximos 180 dias.

Concentração dificulta queda mais forte do spread bancário

Valor Econômico - 10/04/2018

Uma queda relevante dos spreads bancários - a diferença entre a taxa de captação e os juros cobrados no crédito - só deve ocorrer num ambiente de maior concorrência entre as instituições, a despeito do recuo da Selic para as mínimas históricas, na visão de especialistas. Isso porque a forte concentração do mercado "atua" para a preservação das margens de lucro dos bancos, de forma intencional ou por falta de incentivos e até barreiras para buscar maior eficiência nas operações.

Embora o spread seja formado por componentes que vão além da Selic e da inadimplência, como impostos, custos administrativos e compulsórios, os lucros dos bancos têm um peso relevante - em março do ano passado, respondiam por 34% da composição, segundo o Banco Central. A inadimplência explicava mais de 37%.

"No padrão atual de concorrência, não vejo o spread cair de maneira relevante", diz o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Lima Gonçalves. Hoje, afirma, o mercado brasileiro é caracterizado por um oligopólio, cuja lógica é a defesa do poder de mercado pelos poucos bancos atuantes. Com o alto custo para trocar de banco no país, acrescenta, a oferta de produtos pelos competidores acaba sendo muito parecida.

Existe hoje uma discrepância nas taxas cobradas pelos bancos nas linhas de crédito ao consumidor, considerando variáveis como a Selic, inadimplência e a rentabilidade das instituições, de acordo com o UBS. Um estudo do banco suíço sugere que o juro médio ao consumidor em fevereiro deveria estar em 37,6% ao ano, bem abaixo da taxa de 57,7% ao ano cobrada pelas instituições.

"A discrepância nas taxas para pessoa física começou em 2014, o que sugere que algo no comportamento dos bancos mudou com a recessão", afirma Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e economista-chefe do UBS. Ele não apontou, contudo, uma relação entre a queda mais lenta do spread e o aumento da concentração bancária no Brasil.

Na avaliação do economista e ex-diretor do BC Luís Eduardo Assis, a principal explicação por trás da demora na queda dos juros para o consumidor é a baixa concorrência. Para ele, o regulador deveria tomar medidas para ampliar a transparência e a competição no sistema financeiro. "Os clientes não fazem ideia de quanto pagam pelos serviços bancários, mas os bancos conhecem essa informação muito bem", diz.

Para Gonçalves, do Fator, a concentração no país é histórica e aumenta toda vez que entramos em um ciclo de dificuldade. "Numa crise, claro, é preciso evitar o colapso do sistema, mas não se pode sancionar a concentração", afirma. "Entendo que cabe regulação econômica, uma discussão do Cade sobre barreiras de entrada, verticalização, procedimentos para verificar as condições de concorrência."

No cenário de baixa competição, há pouco incentivo até para os bancos buscarem maior eficiência do lado dos custos, diz Sergio Furio, fundador e presidente da empresa de tecnologia financeira Credits, que concede crédito pessoal com garantia em veículos e imóveis. Levantamento da fintech mostra que o volume de crédito por agência bancária nos EUA é 12 vezes maior que no Brasil - diferença compensada pelos bancos nacionais nas margens, 10 vezes maiores do que as dos americanos.

Uma estrutura excessivamente regulada aumenta o custo dos bancos para manter a rede de agências. "O Bradesco tem 14 mil homens em armas, vigilantes que precisam ficar dentro das agências", afirmou a jornalista e presidente do banco, Octavio de Lazari Junior, na semana passada. A conta do spread inclui essas e outras despesas dos bancos, incluindo o prejuízo com assaltos e explosões de caixas eletrônicos, segundo Lazari. O executivo disse, contudo, que neste ano haverá uma redução "significativa" dos juros e spreads. Procurados, os demais bancos não comentaram o assunto.

Na agenda do BC para reduzir o custo do crédito, há medidas que atacam diretamente os spreads. No ano passado, o regulador mudou as regras do rotativo do cartão de crédito, uma das mais caras do sistema. O próximo da lista é o cheque especial, desta vez por meio de uma autorregulação que deve ser divulgada ainda hoje pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Na avaliação de Carlos Antonio Rocca, diretor do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec-Fipe), as mudanças regulatórias em curso têm potencial para mexer com a concorrência. As mudanças no cadastro positivo contribuem para fortalecer a qualidade da informação e elevar a segurança para a concessão de crédito. E o registro centralizado de duplicatas, diz, melhora a qualidade das garantias de crédito, ao evitar fraudes. A regulamentação das fintechs também abre um canal alternativo de crédito.

Na avaliação de Gonçalves, do Fator, é possível esperar redução de custo do crédito, mas principalmente do lado da informação, com a implantação do cadastro positivo e da duplicata eletrônica. Isso pode ir para o preço, diz, mas sem uma mudança relevante no padrão de concorrência.

Em outra frente, o BC tem atuado para ampliar a liquidez do sistema financeiro com a redução dos depósitos compulsórios. Na mudança mais recente, liberou R\$ 25,7 bilhões ao sistema financeiro com a queda das alíquotas dos depósitos à vista e da caderneta de poupança.

Para o economista Roberto Luis Troster, os compulsórios fazem parte de uma série de distorções ainda da época da hiperinflação e contribuem para aumentar a conta do spread. Em fevereiro, havia R\$ 457 bilhões de recursos captados pelo sistema financeiro parados no BC. Com menos recursos à mão, os bancos acabam priorizando a concessão de linhas de crédito com margens maiores, diz Troster. "Se os recursos são limitados, faz mais sentido dar empréstimo para quem está disposto a pagar mais."

No ano passado, a Febraban encomendou um estudo à consultoria Accenture, que coloca o Brasil no topo do ranking de spreads bancários em uma comparação com 12 países. A explicação para mais da metade da diferença entre o país estaria nos custos maiores com inadimplência, financeiros, operacionais e tributários, segundo o estudo. A Accenture não apontou uma relação entre o grau de concentração do sistema financeiro e os spreads elevados.

Focus reduz projeções para alta do PIB em 2018 **Valor Econômico - 10/04/2018**

As estimativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) sofreram redução na mediana para 2018, de 2,84% para 2,80%, segundo economistas do mercado consultados pela pesquisa semanal Focus, divulgada ontem pelo Banco Central. Para 2019, a projeção foi mantida em 3%.

Em relação à inflação oficial, o Focus elevou as projeções para os próximos 12 meses, de 3,95% na semana anterior para 4% no levantamento concluído sexta-feira, segundo a mediana das expectativas. Para 2018, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu mais um ajuste para baixo, o décimo seguido, de 3,54% para 3,53%. Para 2019, o ajuste foi para cima, 4,09%, dos 4,08% da semana anterior.

Entre os economistas que mais acertam as previsões, os chamados Top 5, de médio prazo, não houve alterações: mantiveram a mediana das projeções para a inflação em 3,41% em 2018 e 3,70% em 2019.

Moody's cita reformas e sobe perspectiva de nota soberana do país **Valor Econômico - 10/04/2018**

A agência de classificação de riscos Moody's alterou a perspectiva da nota soberana do Brasil, de "negativa" para "estável", e reafirmou o rating em "Ba2" ontem. A agência foi a última entre as três principais avaliadoras de risco a fazer a alteração. As rivais S&P e Fitch elevaram a perspectiva brasileira para estável no início do ano - mas cortaram a nota do país na ocasião.

A reavaliação da Moody's veio sem corte de nota, ao contrário do que S&P e Fitch fizeram. Com isso, a nota brasileira está dois degraus abaixo do grau de investimento pela Moody's. Nas outras duas agências, o rating do país teria de subir três níveis para voltar a ter o selo de bom pagador.

Na análise de Samar Maziad, vice-presidente e analista sênior de risco soberano da Moody's, seja qual for o próximo presidente do Brasil o futuro governo não poderá fugir da realização de reformas. "A situação é crítica em termos de sustentabilidade fiscal e as reformas são inevitáveis para cumprir a exigência constitucional do teto de gastos", afirmou ao Valor.

De acordo com Samar, nem mesmo a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida no sábado, vai alterar o cenário da eleição presidencial. "Não podemos comentar eventos específicos, mas acreditamos que, quem quer que seja o próximo presidente, provavelmente vai dar continuidade às reformas."

A outra justificativa da agência para mudar sua perspectiva vem do crescimento mais forte que o esperado da economia, "sustentado por reformas estruturais prévias". A Moody's citou a mudança nas leis trabalhistas, que "foram adotadas para melhorar a facilidade para se fazer negócios no Brasil".

Apesar de positiva, a revisão da Moody's foi classificada de "ação atrasada" a "injustificada" por economistas ouvidos pelo Valor. A mudança "é um sinal positivo", mas não suficiente para se transformar em um "catalisador" de estabilidade do mercado, afirmou Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra.

"O evento do fim de semana", acrescentou Kawall, referindo-se à prisão do ex-presidente Lula, não foi um fator fundamental para a revisão. "Eu não ligaria necessariamente uma coisa à outra. A chance de ele se candidatar já era menor, mas pode ser que isso tenha se refletido de alguma maneira" na decisão da agência, segundo o economista.

Na visão de Juan Jensen, sócio e economista da 4E Consultoria, "as razões mencionadas pela Moody's não se sustentam. A eleição está completamente em aberto e parte relevante dos candidatos não tem agenda reformista".

A economia voltou a crescer, mas existe uma "incerteza enorme" em relação à política econômica de 2019 em diante, que não teria diminuído após a prisão do ex-presidente Lula. "Não há garantia nenhuma de que o próximo governo vai seguir em trajetória reformista", disse Jensen.

A decisão da Moody's "está atrasada", considera Marcos Mollica, sócio e gestor da Rosenberg Investimentos. O efeito sobre os mercados no Brasil tende a ser muito limitado. "Os investidores até já se decepcionaram com o crescimento médio e com a agenda de reformas."

O Ministério da Fazenda, em comentário sobre a ação da Moody's, afirmou que a agência reconheceu a melhora nos fundamentos macroeconômicos e a importância de reformas fiscais estruturais tomadas desde 2016. Mas a pasta chamou a atenção para as incertezas ligadas ao cenário política e agenda fiscal.

Governo decide vender Infraero **O Globo - 10/04/2018**

O governo bateu o martelo sobre o futuro da Infraero e planeja privatizar toda a empresa, transferindo para o setor privado a rede administrada pela estatal, que inclui 54 terminais, entre aeroportos lucrativos e deficitários. A ideia é copiar o modelo de leilão do setor elétrico, como o que foi feito com a antiga

distribuidora de energia de Goiás (Celg), com mudança de CNPJ e transferência de todos os funcionários. Em contrapartida, o novo concessionário poderá explorar o serviço público por um prazo de 30 anos. O chamariz para o investidor é Congonhas, aeroporto que é considerado a joia da coroa, e outros terminais importantes, como Santos Dumont, Belém, Manaus, Curitiba e Goiânia.

O plano do governo é vender pelo menos 51% de toda a Infraero, podendo chegar a 80%. A medida pode gerar uma receita extraordinária entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. O BNDES será contratado para realizar os estudos da modelagem e indicar o caminho mais vantajoso para a União: licitação em lotes ou em um único bloco.

O modelo já era defendido pela equipe econômica, mas havia resistência da Infraero e de uma ala do governo, que insistia na necessidade de manutenção da estatal para cuidar de terminais deficitários, mas importantes do ponto de vista de integração do país. A alternativa da privatização foi colocada sobre a mesa pela própria Infraero numa reunião com a Secretaria de Estatais (Sest) e outras autoridades do setor, na última sexta-feira, o que acabou surpreendendo técnicos do Executivo. A Sest, segundo interlocutores, apoiou a proposta de forma irrestrita.

Operação deve ficar para 2019

Pela proposta, será uma concessão como qualquer outra, cabendo à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) fiscalizar o contrato, a execução dos investimentos previstos e a qualidade do serviço prestado, além de questões relacionadas às tarifas. No encontro, ficou acertado que os próximos passos são levar o modelo aos ministros responsáveis pelo setor e incluir os ativos no Plano Nacional de Desestatização (PND).

Uma das vantagens da proposta é a redução de gastos para a União com funcionários da Infraero, o que daria também um indicativo de maior austeridade com as contas públicas. Por isso, todos os técnicos que participaram do encontro endossaram o plano alternativo para a estatal — que registra prejuízo por cinco anos consecutivos. O balanço de 2017 fechou no vermelho em R\$ 1,8 bilhão.

Segundo autoridades a par do assunto, a solução resolve o maior problema da Infraero hoje, que é de pessoal. Isso porque, mesmo tendo concedido nove aeroportos, a estatal enfrenta restrições para reduzir o quadro de funcionários.

— Você demite os empregados, eles entram na Justiça e acabam voltando — disse uma fonte da área econômica, citando o caso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a parte urbana da antiga Rede Ferroviária Federal.

Nesse caso, os empregados que foram demitidos entraram na Justiça e conseguiram retornar para a CBTU. Segundo essa fonte, o problema de pessoal da Infraero acabou sendo determinante na proposta de privatizar toda a empresa.

Diante do pouco tempo que ainda resta ao governo do presidente Michel Temer, a ideia é assumir todo o desgaste político agora e deixar tudo pronto para o novo presidente. O objetivo é colocar os estudos em consulta pública para iniciar o debate com a sociedade e fechar a modelagem ainda este ano, disse um interlocutor.

A Infraero negociou com os trabalhadores um acordo que veda demissões até 2020, ressalta uma fonte. O vencedor da disputa pela estatal saberá, porém, que, a partir de 2021, poderá reduzir o quadro de pessoal. Nas concessões de aeroportos realizadas até agora, os funcionários que não foram absorvidos pelo novo concessionário permaneceram na Infraero.

Em 2012, quando o governo deu início aos leilões no setor aeroportuário, a Infraero tinha 14.131 funcionários. Seis anos depois, mesmo após ter transferido ao setor privado nove grandes aeroportos, a empresa ainda tem 9.974, dos quais 1.136 estão cedidos a outros órgãos públicos.

Apesar das restrições a desligamentos, o governo pretende que a Infraero chegue ao fim do ano com um quadro entre 6,5 mil e 7 mil empregados. Cerca de 1.800 funcionários das torres de controle serão transferidos para a nova estatal que será criada, chamada Nav Brasil e que ficará ligada à Aeronáutica. A nova empresa está dependendo apenas da aprovação do Ministério da Fazenda.

Risco de ficar dependente da União

Outro argumento do governo para privatizar a Infraero é que, se nada for feito, a empresa ficará totalmente dependente da União, dentro de um ano e meio. Depois de dois anos seguidos de queda, a estatal registrou resultado operacional positivo de R\$ 505,4 milhões em 2017.

Segundo autoridades envolvidas nas discussões, a solução está prevista no trabalho realizado por uma auditoria especial, contratada pela própria Infraero. Na avaliação de analistas do mercado, há investidores interessados nos ativos da estatal. As regras dos editais e o tratamento a ser dado aos funcionários podem ser cruciais para atrair investidores.

— Há interesse do mercado na concessão dos aeroportos da Infraero desde que o governo assuma os funcionários e que os investimentos sejam por gatilho (que varia de acordo com o movimento nos aeroportos) — disse André Soutelino, especialista em Direito Aeronáutico. — Quanto aos estudos que serão realizados pelo BNDES, defendo uma aproximação do governo com a academia e o mercado. A Secretaria de Aviação Civil teria que fornecer todos os dados (inclusive o financeiro) dos aeroportos da rede Infraero. Assim, o debate será fortalecido.

De acordo com outra fonte do mercado, seja qual for o modelo adotado pelo governo, será imprescindível incluir aeroportos maiores para assegurar o desenvolvimento dos menores.

— Neste sentido, Santos Dumont e Congonhas são extremamente importantes
— observou.

Dyogo Oliveira defende reinvenção do BNDES **O Globo - 10/04/2018**

O novo presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, tomou posse ontem com o discurso de que o banco terá de se reinventar e se adaptar a um novo cenário, de juros baixos, no qual não há mais espaço para subsídio. Disse ainda que quem bater à porta do banco para tomar crédito será tratado como cliente e não como beneficiado e que o objetivo é tornar a instituição mais ágil na concessão de crédito, para elevar sua competitividade:

— Na era do juro baixo, o BNDES será diferente, não será maior nem menor. No passado, o BNDES era o principal financiador de infraestrutura. Não é mais assim. O BNDES será mais ágil, passará a tratar aquele que bate à sua porta não como beneficiário, mas como cliente, que merece ser atendido com rapidez.

Segundo ele, o banco será mais pró-ativo, identificando, especialmente no setor de tecnologia, as empresas que podem ser alvo de apoio. A proatividade vai se somar à agilidade, disse Dyogo.

Na sua visão, como os juros do banco serão próximos aos do mercado, a celeridade nos processos será fundamental. Dyogo não estabeleceu meta de redução de prazo ou de desembolso — a estimativa de liberação de R\$ 80 bilhões em 2018 está mantida. 'PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO' Dyogo afirmou também que, nesse cenário de juros baixos, os fundos de pensão, as seguradoras, os family offices “estarão ávidos por aplicações que ofereçam um pouco mais de rentabilidade que os títulos do Tesouro”. Por isso, o BNDES deve focar na estruturação de projetos. Segundo ele, os investidores têm reclamado que há escassez de projetos.

— O BNDES tem capacidade para isso (estruturar projetos). Vamos reinventar o BNDES para que continue a ser o que sempre foi, o maior promotor do desenvolvimento do Brasil — disse Dyogo, frisando que o banco vai apoiar micro e pequenas empresas e fortalecer o mercado de capitais.

Sem agenda no Congresso **Correio Braziliense - 10/04/2018**

Os novos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia, assumem, hoje, as respectivas pastas sem despertar grandes expectativas do mercado. Os dois são considerados de perfil técnico e de pouco traquejo para negociação política, o que dificulta a discussão e aprovação de pautas econômicas no Congresso Nacional. Os analistas avaliam que não haverá uma grande agenda nas duas áreas nos próximos oito meses, quando terminam as gestões.

“O governo dificilmente conseguirá aprovar propostas mais espinhosas no Congresso, como a reoneração da folha e a privatização da Eletrobras, apesar de Moreira Franco (que assume a pasta de Minas e Energia hoje) afirmar que será a prioridade”, avalia a economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria. “Acho muito difícil, porque a equipe apenas conseguirá avançar em temas de baixo impacto político, como é o caso do cadastro positivo. No fim, eles vão tentar tocar o barco até dezembro e bloquear outras pautas-bombas que acabam tendo impacto fiscal forte”, destacou.

O projeto de reoneração da folha, por exemplo, está na Câmara dos Deputados desde o ano passado, sob relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Ele discorda da equipe econômica na quantidade de setores que vão manter o benefício tributário. De acordo com analistas, a falta de força política dos novos ministros deve fazer prevalecer a posição do parlamentar.

O economista-chefe da Rio Bravo, Evandro Buccini, já não espera “resultados positivos”. “A reoneração é um assunto que está sendo requeitado há dois anos, mas acho que a receita está vindo muito boa (para o governo federal). Então, independentemente do que for aprovado, não deve ser um grande problema para as contas públicas”, destacou. Para ele, os novos ministros devem recorrer a medidas que não precisem passar para o Congresso, como pequenas mudanças microeconômicas.

Mobilização

O economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, afirma que, de fato, a capacidade de o governo federal avançar em agenda econômica é muito pequena. “Há uma intervenção (no Rio de Janeiro), que impossibilita alterar a Constituição, além disso, assuntos mais agudos não serão feitos, até mesmo porque (o presidente Michel) Temer quer preservar sua capacidade de mobilização no Congresso numa eventual terceira denúncia”, disse.

Perfeito também destacou que 2018, por ser um ano eleitoral, não deve trazer muitas emoções nas votações das duas Casas Legislativas. “Outras áreas vão continuar com suas ações, mas, do ponto de vista econômico, não deve ocorrer. Economia está ligado à política, então dificilmente haverá temas de reformas ou polêmicos”, apontou.

Mercado deve se preparar para envelhecimento

Correio Braziliense - 10/04/2018

Ou as empresas se adaptam desde já às mudanças que virão no mercado de trabalho ou perderão a competitividade. Em pouco mais de quatro décadas, o mundo terá mais profissionais seniores do que jovens. Em 2060, em cada 10 brasileiros, um terá mais de 60 anos e essa mão de obra precisará ser bem aproveitada pelas organizações. Estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV/SP), em parceria com a Aging Free Fair, entretanto, mostra que o país

não está preparado para o novo contexto demográfico. E pior: não inseriu esse público no mercado por preconceitos e conservação de estereótipos.

“As organizações são o microcosmo da sociedade. A discriminação está presente, principalmente em relação às mulheres. Porém, no futuro, teremos poucos jovens disponíveis. As empresas que entenderem logo isso ganharão vantagem competitiva em relação às concorrentes”, explicou Vanessa Cepello, professora e pesquisadora de Organizações e Pessoas da FGV e coordenadora da pesquisa Envelhecimento nas organizações e a gestão da idade, que será apresentada hoje, no 1º Fórum de Talentos Grisalhos. O estudo aponta contradições. Das 140 empresas pesquisadas, 75% preferem os jovens. Entre os motivos, 30% afirmaram que os seniores oneram os custos com planos odontológicos e de saúde.

Investimento

Um contrassenso, disse Vanessa, porque, ao mesmo tempo, 84% admitiram que os mais velhos têm boa condição de saúde, 74% disseram que eles sofrem menos acidentes de trabalho e, para 69%, têm mais capacidade de solução de problemas. “Com todas essas características, não são mais caros. O que falta é incentivo e investimento nas relações intergeracionais. Mas 88% das empresas nem sequer desenvolvem campanhas específicas para seleção de talentos grisalhos”. De acordo com o estudo, os principais benefícios em contratar idosos são experiência profissional e conhecimentos técnicos (70%); e comprometimento e senso de responsabilidade (54,29%).

Entre as barreiras que impedem a contratação, foram citadas dificuldade de lidar com novas tecnologias (62,14%); falta de flexibilidade e adaptação às mudanças (48,57%); dificuldade de reconhecer liderança dos mais novos (45%) e de atualização às exigências do mercado (42,43%). Para as mulheres, a situação ainda é mais difícil. “As executivas se sentem velhas aos 40 anos, 10 anos mais cedo que os homens. A partir dessa idade, têm mais medo do desemprego e mais contratempos na recolocação, embora vivam mais e sejam mais qualificadas”, lembrou Vanessa Cepello.

Fátima Nery, 56 anos, percebe nos olhares que a idade incomoda. Começou a trabalhar em 1983, como assistente. Hoje é dona de um salão. “Apesar de reconhecida pelo meu trabalho, até hoje, quando participo de algum curso, olham-me como se eu fosse um ET”, contou Fátima. Ela é colorista, com várias especializações no exterior. “E me reinvento a cada dia. A experiência é importante até no momento do erro. Porque, aí, o fundamental é saber consertar”, orgulha-se. “Reinventar-se” é o que faz a maioria de suas colegas de salão. Com 35 anos de profissão, não aceito que achem que sou apenas uma senhora. Isso é muito ruim”, reclama.

Brasileiro mais satisfeito

Correio Braziliense - 10/04/2018

A queda dos juros e da inflação e as ações anticorrupção da Operação Lava-Jato ajudaram a reduzir o medo de desemprego e a aumentar a satisfação dos brasileiros, diz o economista Jônatas Bueno, ao avaliar pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Divulgado ontem, o índice de medo do desemprego caiu 1,7 ponto no primeiro trimestre do ano frente a dezembro de 2017, para 63,8 pontos. Enquanto o índice de satisfação com a vida subiu para 67,5 pontos, 2,2 pontos a mais que no trimestre anterior.

Os moradores da região Sul são os mais otimistas, com 69 pontos de satisfação, e com menor temor de perder o emprego (53,4), enquanto no Nordeste esse medo é maior (69,3).

Apesar de subjetivos, os indicadores servem de parâmetro para os empresários sobre a tendência futura de consumo das famílias. “Pessoas mais satisfeitas com a vida e sem medo de perder o emprego consomem mais, o que alimenta o processo de recuperação da economia”, explicam economistas da CNI.

Para Bueno, “por mais insatisfeita que a população esteja com o governo atual, existe uma percepção de que as coisas estão melhorando na economia, de que as coisas estão entrando nos trilhos e saindo do fundo do poço em que o país entrou, em 2015”.

A visão do educador financeiro bate com a análise do gerente executivo da CNI, Renato da Fonseca. Segundo ele, o resultado do levantamento feito com 2 mil pessoas, em 126 municípios, “significa que as pessoas começam a perceber a melhora da economia e a queda da inflação”. Mas Fonseca acredita que esses indicadores ainda não refletem a recuperação econômica, “porque o emprego é o último a melhorar nos processos de saída da crise”.

Bueno, entretanto, vê o brasileiro com visão mais realista, depois da “desesperança e saída da alienação”. A recessão que veio à tona após a saída da presidente Dilma Rousseff “acordou” a população para o quadro cinzento do enorme deficit nas contas públicas.

Economia terá crescimento menor e mais lento neste ano, revela pesquisa

DCI - 10/04/2018

Os economistas e analistas consultados pela Pesquisa Focus do Banco Central (BC) revisaram suas expectativas e apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 2,8% em 2018. Há apenas dois meses, essa estimativa era de 3%.

Em outras palavras, o mercado está mais realista sobre o crescimento da economia neste ano. “Não se sente que a atividade está pujante. As empresas estão comprando menos, o varejo está morno e o setor imobiliário também. Parece que há um compasso de espera [por causa das eleições] e as decisões de investimentos não estão sendo tomadas”, avalia o professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV), Alberto Ajzental.

Na visão do economista-chefe da Guide Investimentos, Ignacio Crespo, a revisão das expectativas está mais ligada com números recentes da atividade econômica que ficaram abaixo do esperado. “O mercado ficou um pouco mais cauteloso. Mas entendemos que a tendência é a economia continuar se recuperando. O Banco Central está favorecendo o crédito com a redução dos compulsórios e reduzindo os juros [Selic]”, afirmou.

Para o economista-chefe da Mapfre Investimentos, Luis Afonso Lima, o mercado pode continuar se frustrando com números da produção, do comércio e de serviços.

“A demanda interna não está ajudando. O crédito ainda não avançou e o spread bancário [prêmios sobre os empréstimos] está subindo. E do lado do mercado de trabalho, o desemprego continua elevado, com algum crescimento de emprego informal e por conta própria. As empresas estão cautelosas para contratar”, argumenta Afonso Lima.

Na opinião de Ajzental, da FGV, a fragmentação política [eleitoral] ocorre num momento que o governo precisa tomar decisões importantes. “O empresário não consegue enxergar além de dezembro de 2018”, diz. Devido a isso, o professor aponta que a tendência de crescimento da economia “está mais para 2,5%, 2,4%, do que para 3%”, observa.

Ajzental ponderou que a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China até poderia favorecer a economia brasileira num primeiro momento. “Mas a soja já está toda plantada e vendida. Talvez, a produção de milho possa ajudar”, apontou o professor sobre uma possível contribuição adicional do agronegócio para o aumento do PIB brasileiro.

Por outro lado, o professor acredita que o protecionismo entre as potências pode prejudicar a economia para todo o mundo. “Vamos ver quanto tempo a encenação de Donald Trump [presidente americano] vai durar. Ele é um político que cria dificuldades antes para negociar depois. Não vejo os EUA protecionistas de verdade”, opina Alberto Ajzental.

Contraponto moderador

Já o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-SP), Walter Franco Lopes, observou que as projeções dos analistas e economistas no início do ano estavam mais otimistas. “As expectativas foram infladas em janeiro e fevereiro e voltamos para a realidade”, ressaltou.

Franco Lopes explicou que o endividamento das famílias e o desemprego está segurando o consumo das famílias. “Não há retomada da renda, da massa

salarial. E o crédito não está chegando com taxas mais baixas na ponta, para o consumidor”, identifica o professor.

Ele diz que a redução do compulsório dos bancos anunciada na semana passada foi uma medida importante, mas não é suficiente para reduzir os juros às pessoas físicas. “Com a inadimplência presente, o sistema financeiro não vai emprestar a taxas mais baixas. Isso só ocorrerá com o crescimento do emprego e da renda das famílias”, conclui.

Entre os destaques positivos da Pesquisa Focus, divulgada ontem, o BC captou a percepção de uma inflação menor para o consumidor em 2018. A projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que era de 3,95% no início do ano recuou para 3,53% no levantamento atual, enquanto a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) caiu de 4,28% para 3,19%, na mesma comparação.

Brasil precisa de crédito , diz presidente da Caixa

DCI - 10/04/2018

O Brasil precisa de financiamento perene para habitação e política pública consistente para equacionar o problema do déficit habitacional, comentou ontem (9). o presidente da Caixa Econômica Federal, Nelson Antônio de Souza.

"Se temos déficit habitacional e demanda, falta a outra ponta: os recursos", afirmou Souza. Segundo ele, mais de 80% da demanda por habitação no País abrange famílias de baixa renda com 1 a 3 salários mínimos.

"O xis da questão é encontrar funding para habitação de interesse social."

Insegurança jurídica dificulta aplicação da reforma trabalhista, diz Gandra Martins

Valor Econômico - 10/04/2018

Na abertura do seminário "Novo Universo do Trabalho", realizado na manhã de ontem pelo Valor, o ministro e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, reconheceu que a insegurança jurídica é uma das barreiras enfrentadas pelas empresas que querem aplicar a nova reforma trabalhista. A Lei 13.467 está em vigor desde novembro.

O ministro disse que, como presidente do TST até o início do ano, não podia manifestar sua opinião sobre vários pontos polêmicos da reforma. No evento, no entanto, criticou entidades de magistrados que dizem que não aplicarão a nova lei, "criando insegurança jurídica". Segundo ele, caso haja inconstitucionalidades na reforma, a decisão terá que ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Sobre as liminares de primeira e segunda instâncias da Justiça trabalhista, que têm obrigado empresas a exigir a contribuição sindical dos funcionários, Gandra destacou recente decisão do presidente do TST, que suspendeu uma delas. No caso, as beneficiadas foram as empresas Aliança Navegação e Logística e Hamburg Süd Brasil. "Já é uma sinalização de como o assunto será tratado pela corte", disse.

Para Gandra, uma possível solução para os sindicatos pode ser a reedição do Precedente Normativo do TST nº 74, segundo o qual a contribuição assistencial sindical pode ser descontada do trabalhador, exceto se ele se opor no prazo de dez dias. "Seria um estímulo para o trabalhador contribuir, mas, ao mesmo tempo, ele teria o direito de negar o desconto", diz. O precedente foi cancelado em 1998, porque o STF entende que tal contribuição não é obrigatória.

No evento apresentado pela Alelo, empresa de benefícios oferecidos em cartões, a primeira mesa de debates abordou o tema "Os principais Aspectos da Reforma Trabalhista e o que Muda para Empresas e Trabalhadores". Nela, o economista e presidente do Conselho de Relações do Trabalho da FecomercioSP, José Pastore, destacou que se surpreendeu ao averiguar que vários pontos da reforma já "pegaram" nas empresas, mesmo em meio à atual situação econômica e política do país.

Segundo Pastore, o volume de ações judiciais trabalhistas já teria sido reduzido em 70%, o que permite que juízes se dediquem a outras causas, além de atrair investidores estrangeiros.

Tais investidores esperam, por exemplo, que a MP 808, acordada entre o presidente Michel Temer e senadores, para implementar ajustes na reforma, seja convertida em lei. Um dos seus dispositivos impõe que, se uma empresa demitir funcionário contratado por prazo indeterminado, só poderá recontratá-lo como trabalhador intermitente - cujos custos são menores para os empregadores - após período de 18 meses.

Na mesa, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma, deixou claro ser contrário à aprovação da MP e disse não acreditar que a norma será aprovada até o dia 23, prazo para a conversão em lei. Na semana passada, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse ao Valor que, se a MP chegar até sete dias antes de perder a validade, os senadores poderão votá-la.

Para Marinho, o que pode agregar à reforma que visa modernizar as relações trabalhistas no país é a votação de uma das propostas de Emenda à Constituição em tramitação que prevê o fim da unicidade sindical. O princípio constitucional da unicidade permite que, se o sindicato abrange várias categorias conexas ou similares pode realizar o seu desmembramento.

"É preciso acabar com essa excrescência, que se tornou um instrumento político, porque quem autoriza um sindicato a existir é o governo federal", diz o deputado. "É por isso que existe o sindicato do vestuário, o sindicato do vestuário branco, o sindicato do vestuário branco e preto etc.", disse o

deputado. Enquanto vigora a intervenção no Rio, as PECs estão paralisadas, por força constitucional.

Crítico da reforma, o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Rio, Cássio Luís Casagrande, foi o fiel da balança no debate. Ele considerou os resultados da aplicação da Lei 13.467 até agora de "fiasco". Segundo Casagrande, ele não é contrário, por exemplo, à terceirização, mas à forma como foi regulamentada. "O texto da reforma abre claras brechas a fraudes que prejudicarão os trabalhadores", disse.

O novo Código Comercial

**O Estado de S. Paulo - Ives Gandra Martins e Fábio Ulhoa Coelho -
10/04/2018**

Entre as reformas legislativas de que o Brasil necessita, para impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento econômico, está a da "microeconomia". Nela devem ser modernizadas e simplificadas as normas legais aplicáveis às relações privadas entre as empresas, com o objetivo de ampliar a segurança jurídica e melhorar o ambiente de negócios.

Há duas maneiras de fazer a reforma microeconômica: por cinco ou seis projetos de leis, cada um tratando de tema específico (sociedades, contratos, etc.); ou por um novo Código Comercial, reunindo todas as mudanças necessárias num único, alentado e sistematizado documento Legislativo.

Os que se inclinam pela alternativa das leis esparsas não apresentaram, até o momento, à discussão pública, nenhuma minuta dos projetos; nem ao menos definiram claramente a quantas e quais leis se referem. É bem diferente da alternativa do Código Comercial, assentada em ampla e conhecida discussão pública, dentro e fora do Parlamento.

No Congresso Nacional tramita apenas a proposta de reforma microeconômica por meio de um novo Código Comercial. Desde 2011, na Câmara dos Deputados e, desde 2013, no Senado Federal, há projetos de nova codificação do direito comercial. Apesar de algumas poucas diferenças pontuais, são projetos coordenados desde a origem. Possuem objetivos idênticos e atendem aos mesmos princípios.

Há quem considere excessivo o tempo da tramitação, mas estão desinformados sobre a duração média de projetos de codificações. Os sete anos decorridos são mais que adequados, tendo em conta o atual estágio da tramitação legislativa.

A oportunidade de concentrar a reforma microeconômica num único, alentado e sistematizado diploma legislativo (Código) justifica-se não somente por este quadro, de clara opção do Parlamento por esta alternativa de reforma microeconômica. Ela corresponde ao modo mais eficiente de se promoverem as alterações reclamadas pelo País.

A chamada unificação legislativa do direito das obrigações, feita pelo Código Civil de 2002, foi um grande erro. Não tem sentido se submeterem ao mesmo regime jurídico contratos empresariais e civis, em vista da enorme diferença no grau de complexidade de cada espécie. É necessário corrigir, com urgência, este erro.

A difusão, no meio jurídico, da impossibilidade de unificação dos regimes jurídicos de realidades econômicas tão díspares, a rigor, depende da edição de um novo Código Comercial. A mudança por meio de um conjunto de leis não consegue produzir o mesmo impacto. Aliás, a simples apresentação de projetos de novo Código Comercial já foi suficiente para deflagrar o movimento de mudança das mentalidades dos profissionais jurídicos.

Um dos muitos méritos dos projetos em curso consiste em introduzir, no direito positivo brasileiro, normas jurídicas com as quais os investidores globais já se encontram familiarizados. São as normas que vigoram não somente em economias centrais da América do Norte e Europa, como também em diversos países da América Latina. Claro, se o investidor global encontrar, no Brasil, vigentes as mesmas

A mudança por meio de um conjunto de leis não consegue produzir o mesmo impacto

normas com as quais está familiarizado, isso facilitará a atração de investimentos mais consistentes e duradouros.

A Federação do Comércio de São Paulo, desde o início, sempre manifestou o seu integral apoio à viabilização da reforma microeconômica por meio de um novo Código Comercial, por ter a convicção, amadurecida em debates internos, de corresponder esta alternativa à melhor para os interesses brasileiros; este apoio, aliás, não tem se limitado à simples manifestação de apreço pela ideia, mas se traduz em várias ações concretas: sede de audiências públicas de deputados e senadores e de reuniões da comissão de juristas, envio de representantes para encontros no Brasil e no exterior, colaboração na revisão da redação de diversos dispositivos, entre outras.

BNDES se une a fintechs para baratear crédito **Valor Econômico - Raquel Balarin - 10/04/2018**

A concentração bancária no Brasil tem sido especialmente problemática para um público: as pequenas e médias empresas. Nos últimos anos, as linhas de crédito disponíveis para essas empresas diminuíram, ao mesmo tempo em que o risco percebido cresceu, assim como os juros cobrados. Com desemprego na casa dos 13 milhões de pessoas, a opção de empreender, para muitos, passou a esbarrar na falta de recursos disponíveis para investir em máquinas, mobiliário ou até para comprar o primeiro estoque.

Sem crédito fácil nos bancos e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) amarrado por conta de sua dívida com o Tesouro, um novo personagem surgiu para suprir em parte a demanda por

recursos de pequenas e médias empresas - as fintechs, empresas tecnológicas com foco em serviços financeiros. Com quase nenhuma regulamentação, essas fintechs passaram a oferecer crédito às empresas, muitas vezes no modelo "peer to peer" (empréstimo entre pessoas), em que ela realiza a análise de crédito de quem quer tomar dinheiro emprestado, dá uma nota e abre em seus sites a possibilidade de pessoas físicas comuns, como eu e você, emprestarem dinheiro para aquela empresa, com uma taxa de juro predefinida, como faz a Nexoos (www.nexoos.com.br).

Em tempos de juro mais baixo, em que as aplicações financeiras já não rendem tanto, o empréstimo via fintechs pode ser uma opção de retorno maior para o investidor pessoa física. Mas o risco nem sempre é percebido adequadamente pelos aplicadores. É esse equilíbrio difícil que o Banco Central (BC) busca hoje. Até o fim do mês a instituição deve anunciar uma nova regulamentação para as fintechs. "Nosso desafio é realizar essa adaptação e, ao mesmo tempo, garantir que os riscos sejam entendidos de forma apropriada e estejam sujeitos aos requerimentos prudenciais adequados", disse na semana passada o diretor de Regulação do BC, Otávio Damaso. O BC precisa zelar pelo bom funcionamento do mercado, mas não pode estrangular o surgimento das empresas que farão a verdadeira concorrência às instituições financeiras, além de garantir inovações que provavelmente não prosperariam em bancos tradicionais, pelo menos não na mesma velocidade.

Um bom exemplo de como essas fintechs podem ajudar na concorrência e na redução dos juros é o do programa do BNDES que prevê a integração de soluções desenvolvidas por fintechs ao Canal MPME, utilizado pelas pequenas e médias empresas para pedir empréstimos em linhas do banco. O BNDES abriu no início do ano consulta pública para apoiar fintechs em quatro segmentos: educação financeira, análise de risco de crédito, "matching" (encontro) entre quem quer tomar crédito e instituições que fornecem financiamentos e em leilão reverso, em que as instituições "disputam" quem dará o crédito, o que em geral leva a taxas menores.

"Nas pequenas e médias empresas, a assimetria de informações é enorme, e isso se traduz nas condições do crédito. A metodologia e a tecnologia de análise de risco de crédito das fintechs geram uma simetria e isso deve se traduzir em um custo mais adequado para essas empresas. Esse é o objetivo", diz Marcelo Porteiro, superintendente de operações indiretas do BNDES. Em outras palavras: com competição e com conhecimento mais abrangente da capacidade de pagamento, o juro cobrado nos empréstimos deve cair.

Na primeira fase, 26 empresas se inscreveram. Dessas, 20 foram selecionadas para realizar uma prova de conceito (POC), em que têm de mostrar que de fato suas tecnologias funcionam e que podem ser integradas à plataforma BNDES. Muitas delas se apresentaram para mais de uma atividade, como a F(x), que se classificou para apresentar soluções de "matching" e de leilão reverso. A POC deve ser concluída até fim deste mês. No fim de maio, segundo Nelson Tortosa, gerente do departamento de modelagem do banco, os resultados devem ser divulgados. O objetivo é ter algumas soluções já funcionando no segundo semestre de 2018.

No programa do BNDES, as propostas das fintechs estão restritas à integração da plataforma MPME com instituições financeiras. Não há, pelo menos por enquanto, qualquer iniciativa prevista de créditos "peer to peer", diretas, entre tomadores de crédito e investidores pessoa física. Vale a pena acompanhar a iniciativa e ver se, de fato, as taxas de juro cairão. A opção das operações diretas, porém, não deve ser deixada de lado pelo governo, porque representam uma alternativa importante para o financiamento de micro e pequenas empresas. Na regulamentação prevista para o fim do mês, espera-se que essas operações sejam limitadas a R\$ 50 mil. Não será pouco, BC?

Xi Jinping, o homem mais poderoso do mundo

O Estado de S. Paulo - Rubens Barbosa - 10/04/2018

A Assembleia do Povo confirmou a decisão do 19.º Congresso do Partido Comunista Chinês no sentido de rever a Constituição e substituir o período de dois mandatos para o presidente da China por eleição sem limite de tempo.

Até 1912 o país foi regido por 24 dinastias. Depois de breve interregno, com a revolução chinesa começou a 25.ª, a do Partido Comunista Chinês, com todo o poder transferido em 1945 para Mao Tsé-tung. Com sua reeleição ilimitada, Xi Jinping, o novo líder do Império do Centro, consolidou seu poder, modificou a relação entre o governo e o partido e viu seu nome e seu pensamento incluídos na Carta Magna, privilégios até aqui reservados somente ao Grande Timoneiro.

O domínio de Xi Jinping fortalece o papel do Partido Comunista e permite um controle mais forte do poder central. Ele concentra os cargos de comandante supremo, secretário-geral do partido e presidente da República. O regime autoritário consolidou-se controlando a ideologia e eliminando qualquer forma de oposição política ao partido. Com poder absoluto, como os antigos imperadores, Xi Jinping poderá acentuar o nacionalismo, continuar a combater a corrupção e as resistências da burocracia à execução das reformas visando ao fortalecimento econômico e militar da China e seu papel como superpotência.

O que o reforço desse autoritarismo pode representar para o mundo?

Em primeiro lugar, confirma a percepção – que sempre defendi, mas tem sido ignorada nos meios ocidentais – de que a liberalização econômica (perestroika) não leva necessariamente à abertura política (glasnost). O que aconteceu na União Soviética é sempre lembrado pelas autoridades chinesas como um exemplo a não ser seguido.

Em segundo lugar, a implementação de políticas e estratégias de médio e longo prazos para a “nova era” prometida por Xi Jinping durante o congresso do Partido Comunista, com maior presença da China no mundo e competindo em pé de igualdade com os EUA. Essa atitude reflete a percepção do fortalecimento do poder nacional da China. Deixando de lado a posição cautelosa mantida até aqui, a China busca ampliar sua influência geopolítica

com iniciativas como a nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative), com fundos da ordem de US\$ 1 trilhão, a presença militar do Mar do Sul da China, a eventual incorporação de Taiwan ao território continental e a agressiva política industrial Made in China 2025.

Do ponto de vista político, a autoconfiança chinesa reafirmada por Xi Jinping apresenta o modelo autoritário, de partido único, mas de rápido e grande crescimento econômico, como um modelo alternativo à democracia ocidental.

Levando em conta que o governo Donald Trump considera a China competidora estratégica e a maior ameaça aos interesses dos EUA também na área econômica e comercial, foram anunciadas medidas recentes de protecionismo, como sobretaxas ao aço e ao alumínio, além de medidas unilaterais adicionais contra a China: restrições à entrada de produtos chineses que poderiam alcançar US\$ 50 bilhões e plano para impor novas restrições a investimentos chineses em equipamentos robóticos, aeroespaciais, marítimos e ferroviários modernos, veículos elétricos e biofármacos. No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), os EUA vão pedir a abertura de processo contra regras de licenciamento de tecnologia que impedem empresas americanas de competir no mercado chinês e a possibilidade de medidas contra práticas chinesas de propriedade intelectual. As sanções preveem restrições a investimentos nos EUA, entraves para emissão de vistos para pesquisadores chineses e confrontos diretos na OMC sobre práticas comerciais chinesas, que incluiriam guerra digital, entrega de segredos comerciais e formação de parcerias com empresas chinesas, dentro do programa Made in China 2025, que objetiva o desenvolvimento de indústrias nacionais em áreas estratégicas. A China respondeu com sobretaxa de 25% sobre 106 produtos dos EUA, representando igualmente perdas de US\$ 50 bilhões. Em resposta, o governo norte-americano anunciou estudos para a imposição de novas medidas restritivas que afetarão 1.300 produtos chineses, no valor de US\$ 100 bilhões.

A reação chinesa reflete o estilo de Xi Jinping no relacionamento com os EUA. Reação imediata, na mesma intensidade e escala, para salvaguardar os interesses do seu país e equilibrar as perdas causadas. Tratando os EUA como igual, Xi Jinping reagiu de maneira firme, mas cautelosa, buscando também acionar o Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC.

O mundo assiste, até aqui, a uma escalada verbal, pois as medidas restritivas e retaliatórias que poderão acelerar o descrédito do sistema multilateral de comércio (OMC) e o da paz e segurança da ONU ainda não entraram em vigor. As medidas dos EUA estão colocando a China como defensora da globalização e do livre-comércio. Em atitude conciliadora, segundo se informa, Xi Jinping está deixando a porta aberta para conversas bilaterais que propiciem espaço para recuos recíprocos.

Resta saber como, em termos geopolíticos, os EUA reagirão à expansão chinesa, sob Xi Jinping, no Mar do Sul da China, com a criação de bases militares em ilhas criadas na região facilitando a ampliação do raio de influência militar próxima ao Japão. E também em relação às questões da não

proliferação nuclear na Coreia do Norte e do apoio ao Irã. A combinação de uma China nacionalista e assertiva e EUA nacionalistas e protecionistas pode ser potencialmente explosiva. Por não interessar a ninguém, até aqui pelo menos, é pouco provável que a escalada protecionista comercial e as ameaças de uma crise político-diplomática saiam de controle e venham a desaguar em conflito bélico, como muitos temem.

O novo líder do Império do Centro hoje detém poder absoluto, como os antigos imperadores.

A política italiana e futuro da Europa

Valor Econômico - Jeffrey Sachs - 10/04/2018

Mais do que nunca, a União Europeia precisa de unidade para afirmar seus valores e interesses numa época em que a liderança mundial americana está à beira do colapso, a China está em ascensão e a Rússia hesita novamente entre cooperação e confronto com a UE. Dividida, a UE é um mero espectador impotente diante do tumulto geopolítico. Unida, a UE pode desempenhar um papel mundial crítico, pois combina prosperidade, democracia, ambientalismo, inovação e justiça social. E para que a UE recupere a unidade de propósitos ou se desordene, dependerá do que vier a acontecer na Itália.

O papel central da Itália decorre de sua posição geograficamente divisória entre a prosperidade da Europa setentrional e a crise na Europa meridional, e a divisão intelectual e emocional entre uma Europa aberta e, outra, novamente capturada por nacionalismo, preconceito e medo. A Itália é também palco de cisões políticas, em que um novo partido insurgente, o Movimento das Cinco Estrelas (M5S), compartilha o palco político com a Liga Norte, um partido anti-imigração e anti-UE, e o pró-UE Partido Democrata de centro-esquerda, porém muito enfraquecido.

O insurgente M5S terminou em primeiro lugar na eleição parlamentar de 4 de março, com surpreendentes 33% dos votos, em comparação com 19% para os Democratas e 17% para a Liga. As implicações da forte vitória do M5S são um tema de debate acalorado na Itália e na Europa.

Em toda a UE, os partidos tradicionais de centro-esquerda e centro-direita pró-UE estão perdendo votos. Assim como na Itália, partidos nacionalistas anti-UE como a Liga estão conquistando votos, e insurgentes anti-establishment como o M5S - por exemplo, o Podemos na Espanha, e o Syriza na Grécia - estão conquistando sozinhos o poder ou ditando o equilíbrio de poder entre os partidos tradicionais pró-UE e partidos nacionalistas anti-UE.

Há três razões para a mudança política em curso na Europa. A primeira, e talvez menos reconhecida, é a desastrosa política externa americana no Oriente Médio e na África. Depois que a Guerra Fria acabou, no início dos anos 90, os EUA e aliados locais tentaram estabelecer uma hegemonia política e militar no Oriente Médio e no Norte da África por meio de guerras para mudança de regime conduzidas pelos EUA no Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia.

O resultado tem sido violência e instabilidade crônicas, produzindo enormes fluxos de refugiados para a Europa que tumultuaram a política em um Estado membro da UE após outro.

A segunda razão é o subinvestimento europeu crônico, especialmente por parte do setor público. Sob o governo do ex-ministro da Fazenda, Wolfgang Schäuble, uma Alemanha autônoma e economicamente bem-sucedida bloqueou o crescimento impulsionado por investimentos na Europa e transformou a zona do euro em cadeia para devedores no caso da Grécia e em numa zona de estagnação em grande parte do sul e leste da Europa. Com a política econômica da UE limitada à austeridade, não é difícil entender por que o populismo criou raízes.

A terceira razão é estrutural. O norte da Europa inova, enquanto o sul e leste europeus, de modo geral, não, ou pelo menos não à mesma taxa. A Itália abrange os dois lados da Europa: um norte dinâmico e um mal-estar crônico no sul (o Mezzogiorno). É uma história antiga, mas também uma história atual. Isso ajuda a explicar os fronts políticos na UE. O M5S triunfou especialmente no sul.

Minha inclinação política é para a social-democracia. Eu culpo conservadores como Schäuble por levar os eleitores para os braços dos partidos populistas. Porém, muitos líderes social-democratas tradicionais aderiram silenciosamente a Schäuble. Também culpo a chanceler Angela Merkel e outros líderes europeus por não se oporem suficientemente às guerras americanas no Oriente Médio e Norte da África. Os líderes europeus deveriam ter sido muito mais enérgicos nas Nações Unidas em sua oposição à política hegemônica dos EUA no Oriente Médio, com seus efeitos catastróficos, inclusive deslocamentos em massa e movimentos de refugiados.

Os defensores de uma UE forte e vibrante - e estou firmemente entre eles - deveriam torcer para que os partidos insurgentes unissem forças com os partidos social-democratas tradicionais enfraquecidos a fim de promover desenvolvimento sustentável, inovação e crescimento baseado em investimentos e impedir coalizões anti-UE. Ou, como na Alemanha, deveriam exortar a grande coalizão de partidos de centro-esquerda e centro-direita a tornarem-se muito mais dinâmicas e focadas em investimentos em escala europeia, tanto por bom senso econômico quanto para combater nacionalistas de extrema-direita.

Ou, como na França, deveriam aplaudir a união de tradicionalistas e insurgentes pró-UE no La République En Marche do presidente Emmanuel Macron! Tais alinhamentos pró-UE darão à UE tempo para reformar as suas instituições, mapear uma política externa comum e iniciar o crescimento verde movido a investimentos e inovação, em vez de austeridade e complacência.

A maioria dos partidos social-democratas tradicionais mantém distância dos novos partidos insurgentes, considerando-os populistas, irresponsáveis, oportunistas e desonestos. Essa é, na Itália, a visão do Democratas, onde importantes políticos rejeitam uma coalizão com o M5S. Isso é compreensível:

os novatos deram uma lavada nos democratas nas urnas, muitas vezes com promessas populistas exageradas. No entanto, os social-democratas têm sido complacentes e até mesmo silenciosos diante da austeridade ao estilo de Schäuble e das guerras irresponsáveis travadas pelos EUA. Os partidos social-democratas tradicionais terão de recuperar seu dinamismo e disposição para assumir riscos para vencer novamente nas urnas como verdadeiros partidos progressistas.

Há muito em jogo na Itália. Com a Europa política e geograficamente dividida, a política italiana pode fazer pender a balança. Uma Itália pró-UE governada por uma coalizão M5S-Democratas poderia unir-se à França e à Alemanha para reformar a UE; reconquistar uma voz clara para a política externa da UE em relação aos EUA, à Rússia e à China; e implementar uma estratégia para o crescimento verde, baseada em inovação.

Para forjar tal coalizão, o M5S teria que adotar um programa econômico responsável e claramente definido, e os democratas teriam de aceitar ser o sócio menor de uma força insurgente não testada. Uma possível chave para a confiança mútua seria que os democratas ficassem com o crucial Ministério das Finanças, enquanto o M5S nomearia o primeiro-ministro.

Não é de surpreender que Stephen Bannon, o totalmente irresponsável ex-assessor do presidente Donald Trump, tenha corrido à Itália para estimular o M5S e a Liga a formarem uma coalizão que ele chamou de "o maior dos sonhos", porque provocaria uma ruptura na UE. Isso, por si só, deveria lembrar os italianos da importância de uma coalizão pró-UE que rejeite esses pesadelos infelizes.

A transição de 2018 a 2019

Valor Econômico - Yoshiaki Nakano - 10/04/2018

Apesar das turbulências, incertezas e instabilidade que a ordem (ou desordem) política brasileira pós-impeachment tem gerado nos últimos 12 meses, a economia brasileira tem mantido uma certa estabilidade. Esta aparente calma é até surpreendente, já que a crise que se iniciou no primeiro semestre de 2014 foi uma grande crise de confiança política. Foram as intervenções discricionárias, "a contabilidade criativa" e o crescimento explosivo da dívida pública que geraram esta crise de confiança. O impeachment da presidente Dilma Rousseff, a fixação de um teto constitucional de gastos públicos, a aprovação pelo Congresso Nacional da reforma trabalhista e o envio de uma proposta de reforma da previdência, parecem ter acalmado os mercados.

Na realidade é como se o sistema econômico tivesse se descolado da ordem política. Mas este aparente descolamento é tênue e tem forte componente de "convenção". O problema do empresário é que, mesmo num quadro de total incerteza política, ele precisa continuar operando, tem que pagar seus fornecedores, seus funcionários, os impostos etc.

Diante da total incerteza adota-se uma "convenção" e continua-se a operar ignorando, em parte, as incertezas políticas. O barco está se acostumando a navegar por uma tempestade que está durando mais que o esperado.

No final de 2016 parecia que havíamos chegado ao fundo do poço. Com a super-safra agrícola, queda na taxa de inflação e outras medidas de estímulo do governo, como a liberação do FGTS, inicia-se nos primeiros meses de 2017, um lento e gradual processo de recuperação cíclica. Este processo ajuda a criar aquela "convenção".

Apesar de o Banco Central ter reduzido fortemente a taxa de juros Selic de 14,25% para 6,5%, e a inflação esperada estar próxima a 3%, os bancos comerciais quase não reduziram as suas taxas de juros junto ao consumidor e empresas, aumentando assim fortemente o seu "spread". De outro lado, o crédito continua relativamente escasso.

Uma possível explicação para este aumento real de "spread" é que os bancos como entidades especializadas em avaliar riscos, observam que riscos políticos podem bater na economia. De fato, estamos a sete meses das eleições presidenciais e o quadro político é totalmente incerto, desta vez não vamos ter mais a tradicional polarização entre candidato do PT contra PSDB, como ocorreu nas últimas eleições.

Com Lula preso e/ou inelegível, a possibilidade de polarização dele com Bolsonaro está fora do cenário. A esperança que alguns alimentavam de que algum candidato (Alckmin, por exemplo) conseguisse aglutinar o centro, também parece fora de cogitação, dada a multiplicação de candidatos neste espectro ideológico.

Além dessa incerteza política, o novo presidente eleito que assumir em janeiro de 2019 terá que enfrentar não só uma situação fiscal extremamente difícil, mas será impossível cumprir a regra constitucional de teto de gastos. Despesas constitucionalmente obrigatórias representam mais do que 80% dos gastos do governo, e mesmo zerando os gastos ditos discricionários (que incluem investimentos públicos, e outros itens imprescindíveis para o governo funcionar) o teto não será alcançável em 2019.

Desta forma, obrigatoriamente o novo governo terá que fazer um conjunto de reformas constitucionais para mudar a trajetória crescente dos gastos ditos obrigatórios. Além disso, haverá uma agenda de reformas inadiáveis imposta pela realidade de fatos, tais como as reformas da previdência e tributária, além das pressões que virão da sociedade por mudanças. Se isto não acontecer, caminhamos para a ingovernabilidade.

A nova classe média está indignada e revoltada, exigindo melhoria na gestão de serviços públicos, e tomou consciência da corrupção que reina no setor público. Além disso, percebe claramente as vantagens que o funcionário público tem em relação ao trabalhador do setor privado.

O que ocorrerá se o novo presidente eleito não for capaz de convencer o Congresso Nacional a fazer os ajustes e as reformas? Num futuro imediato, o Rio de Janeiro é o retrato do futuro do Brasil. Estará criado um quadro para revoltas populares, polarização política sem precedentes e violência crescente. Desta forma, devemos eleger um governo disposto a fazer as reformas e um ajuste fiscal duradouro. Se a sociedade brasileira não for capaz de tomar esta decisão de convocar uma liderança com disposição e valores morais para fazer mudanças profundas e doloridas, caminharemos para um descontrole econômico, social e político.

A confusão de Trump no comércio **O Globo - Joseph E. Stiglitz - 10/04/2018**

A escaramuça comercial entre os Estados Unidos e a China sobre o aço, alumínio e outros bens é produto do desprezo do presidente americano, Donald Trump, em relação aos acordos comerciais multilaterais e à Organização Mundial do Comércio (OMC) — uma instituição que foi criada para mediar disputas comerciais.

Antes de anunciar a imposição de tarifas sobre mais de 1.300 tipos de bens produzidos na China avaliados em cerca de US\$ 60 bilhões ao ano, no início de março Trump impôs amplas alíquotas de 25% sobre o aço e 10%, sobre o alumínio, justificadas por ele com base na segurança nacional. Trump insiste que uma tarifa sobre uma pequena fração de aço importado — cujo preço é estabelecido globalmente — será o suficiente para reagir a uma ameaça estratégica genuína.

A maioria dos especialistas, no entanto, acha essa lógica duvidosa. O próprio Trump reviu sua retórica da segurança nacional, ao isentar a maioria dos grandes exportadores de aço para os EUA. O Canadá, por exemplo, foi isentado sob a condição de uma renegociação bem-sucedida do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, em inglês), efetivamente ameaçando o país se não se submeter às demandas americanas.

Mas há uma lista de questões em disputa, envolvendo, por exemplo, madeira, leite e veículos. Estará Trump de fato sugerindo que os EUA iriam sacrificar a segurança nacional por um melhor acordo sobre essas pequenas divergências no comércio EUA-Canadá? Ou talvez o argumento da segurança nacional seja fundamentalmente um truque, como sugeriu o secretário de Defesa, e Trump, por mais confuso que seja sobre a maioria das questões, perceba isso.

Como ocorre na maioria das vezes, Trump parece obcecado por um problema velho. Vale lembrar que, no momento em que começou a falar sobre o muro na fronteira, a imigração do México já havia caído para perto de zero. E no momento em que começou a reclamar da China por desvalorizar a taxa de câmbio de sua moeda, o governo chinês estava, de fato, estimulando a alta do yuan.

Da mesma forma, Trump está impondo suas tarifas sobre o aço depois que a cotação já havia avançado cerca de 130% desde seu piso, em parte por causa

dos esforços da China para reduzir seu excesso de capacidade. Trump, porém, não está apenas tratando de uma não questão. Ele também está inflando paixões e taxando relações americanas com os principais aliados. Pior, suas ações são motivadas por pura política. Ele está ávido por parecer forte e combativo aos olhos de sua base eleitoral.

Mesmo se Trump não tivesse economistas o assessorando, ele teria chegado à conclusão de que o que importa é o déficit comercial multilateral, e não déficits comerciais bilaterais com qualquer país. Reduzir importações da China não vai criar empregos nos EUA. Em vez disso, vai elevar os preços para o americano comum e gerar empregos em Bangladesh, Vietnã ou qualquer outro país que se apresente para substituir as importações que antes vinham da China. Na hipótese de a manufatura voltar para os EUA, provavelmente não vai gerar empregos no velho Cinturão da Ferrugem americano. Em vez disso, os bens deverão provavelmente ser fabricados por robôs, que estarão localizados em centros de alta tecnologia em outros lugares.

Trump quer que a China reduza seu superávit comercial bilateral com os EUA em US\$ 100 bilhões, o que poderia ser feito mediante a compra de petróleo e gás americano neste valor. Mas se a China reduzisse suas compras alhures ou simplesmente vendesse o petróleo e gás americano para outros lugares, haveria pouco, se algum, efeito sobre a economia americana ou global. O foco de Trump no déficit comercial bilateral é, francamente, tolo.

Como previsto, a China respondeu às tarifas de Trump ameaçando responder com aplicação de tarifas. Essas tarifas afetariam bens americanos em uma ampla gama de setores, mas desproporcionalmente em áreas onde o apoio a Trump tem sido forte.

A reação da China tem sido firme e calculada, voltada para evitar tanto uma escalada como um apaziguamento, pois, quando se lida com um valentão desequilibrado, apenas encorajaria mais agressão. Espera-se que as cortes americanas ou os republicanos no Congresso controlem Trump. Mas o Partido Republicano, prestando-lhe solidariedade, parece ter esquecido de sua longa tradição de compromisso com o acordo de livre comércio, da mesma forma como, há alguns meses, esqueceu-se de seu longo compromisso com a prudência fiscal.

Num plano mais amplo, o apoio à China dentro e fora dos EUA e da União Europeia vem caindo devido a uma série de motivos. Olhando para além dos eleitores americanos e europeus que estão sofrendo devido à desindustrialização, o fato é que a China não é a mina de ouro como era vista por corporações americanas.

À medida que as empresas chinesas se tornaram mais competitivas, os padrões salariais e ambientais na China subiram. Ao mesmo tempo, a China tem sido lenta em abrir seu mercado financeiro, para insatisfação dos investidores em Wall Street. Ironicamente, enquanto Trump afirma estar defendendo os trabalhadores industriais, o verdadeiro vencedor de negociações “bem-sucedidas” — que levariam a China a abrir seus mercados

ainda mais para o setor de seguros e outras atividades financeiras — tende a ser Wall Street.

O conflito comercial atual revela a que extensão os EUA perderam sua posição de dominância global. Quando uma China pobre, emergente, começou a aumentar seu comércio com o Ocidente há um quarto de século, poucos imaginavam que ela seria hoje o gigante industrial do mundo. A China já ultrapassou os EUA na produção industrial, poupança, comércio e até mesmo o PIB, quando medido em termos de paridade do poder de compra.

Nos anos à frente, teremos que descobrir como criar um regime de comércio global “justo” entre os países com sistemas econômicos essencialmente diferentes, histórias, culturas e preferências sociais. O perigo da era Trump é que, enquanto o mundo assiste ao fluxo de tuítes do presidente americano e tenta não ser empurrado de um penhasco ou outro, tais desafios reais e difíceis não serão resolvidos.

Projeto elétrico

O Globo - Míriam Leitão - 10/04/2018

A privatização da Eletrobras está cada vez mais difícil. É isso que se ouve dentro do próprio governo. É questão técnica, complexa, exige vários passos prévios e o mais complicado é aprovar duas medidas no Congresso, sem as quais não se pode fazer a operação. A mudança no Ministério das Minas e Energia não favorece, porque a troca fez sair o secretário-executivo que cuidava dos aspectos técnicos.

Paulo Pedrosa organizava dentro do Ministério as medidas que precisam acontecer para se fazer esse aumento de capital que levará à privatização. Havia expectativa de que ele assumisse. Teria sido a melhor escolha. Mas o governo nomeou para lá o ministro Moreira Franco.

Eu fiz um comentário sobre isso na “CBN”, dizendo que a privatização ficou mais distante. A resposta do Palácio do Planalto foi meio destemperada. Disse que meu comentário era “antidemocrático, obtuso e incoerente”. Esse governo nem deveria usar tais adjetivos. Até porque eles, na verdade, caem como uma luva sobre o próprio governo.

Os problemas se acumulam. Em um mês o valor de mercado da Eletrobras encolheu 22%, porque está aumentando a dúvida sobre a privatização. Para que ela ocorra é preciso aprovar neste primeiro semestre no Congresso a possibilidade de o governo não acompanhar um aumento de capital da Eletrobras. Hoje, ele é obrigado por lei a acompanhar. Tem que ser aprovada também a mudança nas concessões de algumas usinas do regime de cotas para o de produção independente.

A Eletrobras, depois disso, terá que fazer duas cisões: separar a Itaipu e a Eletronuclear, que hoje são parte da estatal brasileira. Outra condição prévia é a venda de seis distribuidoras que estão sendo oferecidas a um preço simbólico. Antes de vender a Distribuição Amazonas será preciso fazer uma

cisão separando a parte de geração. Para que essa operação se complete, a Petrobras tem que concordar com a cessão do contrato de fornecimento de gás. A Petrobras só aceita se a Eletrobras pagar o que lhe deve: uma conta de R\$ 20 bilhões.

No setor elétrico, o receio é que Temer abra mão do projeto em troca de apoio político. A Eletrobras divulgou no mês passado o seu balanço de 2017 e os números impressionam. Os prejuízos são bilionários, os investimentos estão em forte queda e, sem novos aportes do Tesouro, ela ficará incapacitada de rolar sua dívida.

A grande vantagem em todo esse processo é que a empresa continua sendo administrada por um gestor eficiente. Wilson Ferreira tem mandato até o ano que vem e agilidade para resolver as inúmeras pendências que dependem da empresa. O problema é o que depende do Congresso. O governo perdeu a força para conduzir a agenda. Só nos últimos dias, caducou a MP que elevava o imposto dos fundos exclusivos e a bancada ruralista impôs uma derrota bilionária ao Tesouro.

A Eletrobras controla um terço da geração de energia e metade das linhas de transmissão do país. É uma empresa gigante, a maior investidora do setor elétrico brasileiro, mas também a mais endividada. A dívida de R\$ 48 bilhões supera o seu patrimônio líquido (R\$ 42 bilhões) e corresponde a quase nove anos de geração de caixa. Se fosse privada já teria quebrado.

A companhia nunca foi uma grande geradora de lucros, mas desde a promulgação da MP 579, em 2012, pela presidente Dilma, os prejuízos se tornaram constantes. De lá para cá, são R\$ 29 bilhões de perdas. Com isso, os investimentos despencaram, segundo a consultoria Econômica. Se em 2012 chegou a R\$ 15 bilhões, em 2017 caiu para R\$ 3,7 bi.

A empresa fechou o ano passado com um prejuízo de R\$ 1,7 bilhão e o que ajudou a colocar o número no vermelho foi uma baixa contábil de R\$ 11,2 bilhões na usina nuclear de Angra 3. Como a obra foi embargada em 2015, por suspeitas de corrupção, a companhia é obrigada a declarar como prejuízo o valor investido. A usina é um problema ainda sem solução. Está 63% pronta. A energia nuclear é cara e controversa. Há quem no governo deteste a ideia de retomar essa construção.

O tema é complicado, o novo ministro já cuidava da privatização, e é da intimidade do Planalto, mas este é um momento em que o foco do governo é conseguir apoio político para o candidato governista. Seja ele qual for.

O êxodo das startups brasileiras

Correio Braziliense - Mercado S/A - 10/04/2018

Um levantamento que está sendo realizado pelo fundo 500 Startups, dono de investimentos em cerca de 2 mil empresas e um dos mais ativos do mundo, chegou a uma conclusão alarmante: muitas startups brasileiras estão se mudando para os Estados Unidos. Isso porque, entre 2014 e 2016, mais de 55

mil brasileiros deixaram oficialmente o país, número 81,61% maior do que no período de 2011 a 2013. No embalo desse êxodo, jovens empreendedores estão trocando o Brasil por terras estrangeiras. De acordo com o levantamento, o motivo principal da saída é a falta de incentivos ou políticas de apoio às empresas jovens e inovadoras. Mas outras razões estão por trás da mudança de ares. Violência urbana, instabilidade política, crédito escasso, custos trabalhistas altos e burocracia excessiva tiram projetos promissores do mercado brasileiro. Vale lembrar: as startups são geradoras de emprego principalmente para profissionais de boa qualificação.

Nextel desliga o rádio

Símbolo da operadora Nextel, o sistema de comunicação por rádio está com data certa para acabar: 31 de maio. O desligamento completo da rede iDEN, como é chamada a tecnologia, deveria ter sido feito em 31 de março. Como havia 217 mil assinantes ativos do serviço em fevereiro, a operadora adiou a medida. A expectativa é de que, com mais prazo, os usuários migrem para planos de telefonia móvel 3G e 4G.

Sicredi sai à caça de clientes

Uma das maiores cooperativas financeiras do Brasil, o Sicredi fará neste ano sua maior campanha de atração de clientes – que a empresa chama de cooperados – em mais de cem anos de história. Os executivos do banco promoverão palestras em eventos voltados a micro e pequenos empresários. A ideia é demonstrar as vantagens de ter uma conta-corrente em cooperativa em vez dos bancos tradicionais. Segundo a Serasa, 43% dos microempreendedores individuais sofrem com a falta de crédito.

Elo: cartão de crédito ou empresa de telefonia?

As estratégias de fidelização das bandeiras de cartão de crédito estão ganhando dimensões inéditas. A novata Elo, pequena se comparada às rivais Visa, Mastercard e AmericanExpress, decidiu lançar um serviço de telefonia celular como forma de seduzir clientes. A bandeira está oferecendo um chip de dados e voz para viagens internacionais. O benefício é exclusivo para clientes dos cartões Elo Nanquim e Elo Empresarial Grafite.

Rapidinhas

» O estudo “As 50 maiores franquias com até 50 unidades”, realizado pelo diretor do Instituto Sorridents Claudio Tieghi, traz resultados interessantes: 88% delas são nacionais, 56% atuam no sistema de franchising há menos de 6 anos e áreas como alimentação, moda, saúde e beleza concentram as atividades das empresas.

» O levantamento mostra que as redes menores são fundamentais para a geração de empregos e negócios no país. Das 3.039 marcas de franquias que operam no Brasil, 2.430 têm no máximo 50 filiais. Se cada uma delas abrir 6

lojas em 2018 – o que está dentro da média do setor –, serão 14.580 novas lojas no ano e dezenas de milhares de empregos gerados.

» A multinacional americana Ecolab, especializada em tratamento de água, vai inaugurar seu primeiro Centro de Inovação no Brasil. A unidade será aberta em Campinas (SP), amanhã, com a presença do presidente global, Terry Gallagher. A Ecolab tem receitas globais de US\$ 14 bilhões.

» Sobre a nota “Pague Menos quer mais”, publicada nesta coluna em 6 de abril, a empresa diz que a meta de superar R\$ 10 bilhões em faturamento nos próximos 5 anos não é uma informação oficial. A Pague Menos também informa que teve receita bruta de R\$ 6,3 bilhões em 2017 e que terminou o ano com 1.082 lojas.

“O grande desafio das empresas é equacionar a latinidade brasileira com o ambiente organizacional anglo-saxão que as rege

José Ruy Gandra, escritor e palestrante

US\$ 5,2 bilhões

é quanto a Copa da Rússia vai faturar, segundo projeções da Fifa. O número representa acréscimo de 8% sobre as receitas de US\$ 4,8 bilhões alcançadas na Copa no Brasil

‘Brasil está à deriva e economia estagnada’

DCI - Plano de voo - Liliana Lavoratti - 10/04/2018

“O fato é que toda aquela confiança recente no Brasil arrefeceu. Os investidores estrangeiros começaram a deixar a bolsa ao longo desse ano e os números de crescimento já não estão mais surpreendendo positivamente. A própria inflação insistentemente baixa, que antes era motivo de comemoração, agora começa a preocupar, pois é um grande sinal da estagnação da economia.” A análise é de Alexandre Amorim, gestor de investimentos da Par Mais, empresa de investimento financeiro com mais de R\$ 250 milhões em gestão. “Depois de todo o desgaste político para se livrar das denúncias, o governo praticamente jogou a toalha”, enfatiza o analista.

Sem agenda econômica

“Com uma aprovação baixíssima, Michel Temer tentou mudar o foco e mirar na violência, através da intervenção federal no Rio de Janeiro. E esqueceu da agenda econômica. O resultado é que não temos hoje mais nenhum tipo de agenda econômica na pauta do congresso. Absolutamente nada. Portanto, ficamos à deriva”, afirma o gestor da Par Mais. Com muito ainda para ser feito e nenhuma perspectiva para esse governo, ressalta Alexandre Amorim, “o foco está cada vez mais na eleição de outubro”. Mas não é só a economia que preocupa. A política também.

Eleição preocupa

Embora ainda haja consenso no mercado que, independente de quem for o próximo governo, a economia será mantida nos eixos. Mas, por outro lado, hoje é possível contar mais de 15 possíveis candidatos. “É claro que a grande maioria tem poucas chances, mas uma eleição pulverizada é a uma das maiores preocupações hoje. Com muitas opções de voto, podemos ter um segundo turno com dois candidatos com baixa votação – especialmente considerando que a falta e confiança na política deverá elevar o número de abstenções”, comenda o analista.

‘Precisamos de rumo’

Diante desse quadro “preocupante”, os próximos meses são muito importantes. “Apesar de tudo, mesmo com toda a volatilidade recente nos mercados mundiais, o Brasil tem se mostrado resiliente. Talvez porque ainda tenhamos um longo caminho de crescimento quando as engrenagens voltarem a entrar nos eixos. Mas, até lá, estamos precisando de rumo”, declara Alexandre Amorim. “O maior problema do Brasil é o avanço de gastos públicos à custa do aumento da dívida pública. Nesse sentido, era essencial que a reforma da previdência social fosse realizada”, conclui.

PIB decepcionante

Os dados da atividade econômica do começo deste ano podem ser considerados decepcionantes, pois mostraram alguma perda de fôlego da economia no período, em relação ao final do ano passado. A produção industrial, que subiu 2,9% em dezembro, devolveu parte da alta em janeiro, com queda de 2,2%, permanecendo estável em fevereiro (+0,2%). Ontem, o Focus – pesquisa do Banco Central com analistas do mercado financeiro – rebaixou, pela segunda vez seguida, a estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018.

BC da Venezuela confirma calote parcial de dívida **Valor Econômico - 10/04/2018**

A Venezuela parou de cumprir com os pagamentos aos detentores de bônus em setembro, segundo dados do banco central, que contradizem as declarações do presidente, Nicolás Maduro, de que o país continuaria honrando suas dívidas enquanto negociava reestruturação com seus credores.

Os dados mostram que os pagamentos regulares da dívida externa de centenas de milhões de dólares por mês, em linha com as obrigações soberanas do país, caíram para algumas dezenas de milhões, segundo o "Financial Times".

"Isso prova que a Venezuela está enganando os detentores de bônus e adotando um padrão furtivo", disse Russ Dallen, do banco Caracas Capital.

Dados do banco central, relativos a pagamentos de dívidas soberanas e que excluem obrigações da PDVSA, mostram que US\$ 83 milhões foram pagos em outubro, do total de US\$ 465 milhões em obrigações. Em novembro, foram

US\$ 28 milhões pagos, contra US\$ 183 milhões a serem pagos. Em dezembro foram US\$ 23 milhões, de US\$ 242 milhões em obrigações.

China avalia desvalorização gradual do yuan

Valor Econômico - 10/04/2018

A China está avaliando o possível impacto de uma depreciação gradual do yuan, disseram pessoas a par do assunto, em um momento em que Pequim avalia as opções em meio à disputa comercial com o presidente dos EUA, Donald Trump, que tem gerado nervosismo nos mercados financeiros em todo o mundo.

Autoridades chinesas estão elaborando uma análise do yuan dividida em duas partes, disseram essas fontes. Uma analisa o efeito do uso da moeda como ferramenta nas negociações comerciais com os EUA; a outra examina o que aconteceria se a China depreciasse o yuan para compensar o impacto de qualquer acordo comercial que restrinja as suas exportações.

A análise não é um sinal de que as autoridades vão conduzir uma desvalorização, o que exigiria a aprovação dos principais líderes do país, disseram essas fontes. O Banco Central da China não respondeu aos pedidos de comentário feitos pela Bloomberg.

"Parece que Pequim está mostrando todo o leque de políticas que poderia implementar", disse Viraj Patel, estrategista do ING Bank, em Londres.

Durante a sua campanha presidencial, Trump acusou regularmente a China de manter uma moeda artificialmente fraca para se beneficiar no comércio. Mas, desde a posse de Trump, o yuan teve uma valorização de cerca de 9% em relação ao dólar e tem se mantido estável nas últimas semanas, apesar da escalada na tensão comerciais entre as duas maiores economias do mundo. Em março, a moeda chinesa atingiu o nível mais alto desde agosto de 2015.

Outros mercados têm reagido com muito mais volatilidade às ameaças mútuas de tarifas dos EUA e da China sobre US\$ 50 bilhões em bens. Além de Trump ter instruído seu governo a estudar a aplicação de taxas a mais US\$ 100 bilhões em produtos chineses.

O índice de ações S&P 500 caiu mais de 9% em relação ao pico deste ano, registrado em janeiro, e o índice Xangai Composto recuou 12%, refletindo as preocupações de que as tensões entre os EUA e a China possam se transformar em uma guerra comercial generalizada.

Embora o yuan mais fraco possa ajudar Pequim a reforçar setores exportadores do país, caso os EUA decidam impor as sobretaxas, uma desvalorização traria uma série de riscos. Incentivaria Trump a levar adiante a sua ameaça de classificar a China como manipuladora cambial, dificultaria a tarefa das empresas chinesas de pagar suas imensas dívidas no exterior e minaria o esforço do governo de rumar para um sistema cambial mais orientado ao mercado.

Uma desvalorização deixaria a China exposta ainda ao risco de volatilidade dos mercados financeiros, algo que Pequim tem se esforçado a evitar nos últimos anos. Quando a China surpreendeu os mercados com uma desvalorização de cerca de 2% do yuan, em agosto de 2015, isso provocou um movimento de fuga de capitais e abalou os mercados globais.

"É do interesse da China desvalorizar o yuan? Provavelmente é imprudente", disse Kevin Lai, economista-chefe para a Ásia da Daiwa Capital Markets. "Porque, se eles desvalorizarem como uma arma [comercial], isso poderá atingir a China mais do que aos EUA. A estabilidade cambial tem ajudado a criar uma estabilidade macroeconômica. Se isso se for, poderá desestabilizar os mercados e as coisas vão voltar a parecer como 2015."

Considerando os riscos, é pouco provável que a China recorra a uma desvalorização a menos que tenha esgotados seus outros instrumentos de negociação comercial, disse Frances Cheung, estrategista de Ásia do Westpac Banking, em Cingapura. O cenário mais provável é que os dois países alcancem um acordo, com a China continuando a liberalizar sua conta de capital, acrescentou Zhou Hao, economista do Commerzbank.

Ontem, o presidente Trump expressou otimismo de que os dois países "provavelmente" chegarão a um algum tipo de acordo.

"Há muitas medidas que eles podem adotar antes de recorrer a esse instrumento [desvalorização]", disse Ken Peng, estrategista do Citi Private Bank. "Usar uma desvalorização do yuan é como sacrificar 800 de seus soldados para matar só 1.000 inimigos."

Mas isso não significa que uma desvalorização do yuan pelo mercado esteja descartada. A China limita a flutuação diária do yuan a 2%, para cima ou para baixo, da taxa fixada pelo banco central.

"Há espaço para uma correção do yuan no curto prazo, considerando o quanto a moeda acumulou de alta desde o ano passado", disse Ken Cheung, estrategista de câmbio do Mizuho Bank, em Hong Kong. "A China permitiria uma desvalorização do yuan conduzida pelo mercado se o sentimento girar em torno das preocupações de guerra comercial. Mas é improvável que as autoridades orquestrarem outra rodada de desvalorização."

Déficit público dos EUA vai superar US\$ 1 tri já em 2020

Valor Econômico - 10/04/2018

Os EUA caminham para déficits orçamentários anuais de US\$ 1 trilhão a partir de 2020, por causa das pressões nas finanças públicas causadas pelo corte de impostos aprovado pelos republicanos e pelo aumento dos gastos públicos. O alerta é de uma importante agência fiscalizadora do orçamento.

O Congressional Budget Office (CBO) disse ontem acreditar que o déficit orçamentário crescerá para US\$ 804 bilhões este ano, cerca de US\$ 242 bilhões mais que o projetado no terceiro trimestre do ano passado. A diferença entre gastos e receitas crescerá para pouco mais de US\$ 1 trilhão até 2020, também mais de US\$ 200 bilhões a mais que o anteriormente previsto, com o déficit devendo crescer de forma constante a partir daí no decorrer dessa década.

As novas projeções mostram o déficit superando a marca de US\$ 1 trilhão dois anos mais cedo que o esperado anteriormente.

As constatações estão no primeiro estudo fiscal e econômico amplo do CBO desde a aprovação pelo Congresso americano, no final do ano passado, da reforma tributária. O aumento do déficit ocorre justamente após a aprovação do corte de US\$ 1,5 trilhão em impostos em dez anos, seguida pela lei aprovada em março, que eleva o teto de gastos discricionários por dois anos.

A perspectiva do CBO mostra que o estímulo fiscal vai aumentar o crescimento da economia neste ano, antes de a expansão perder força à medida que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) for aumentando as taxas de juros. Diante dos déficits crescentes, o CBO agora prevê que a dívida do governo vai subir para o equivalente a quase 100% do PIB americano no fim da década de 2020. Esse seria o maior nível desde 1946 e ficaria mais que o dobro acima da média das últimas cinco décadas.

"Essa dívida alta e em crescimento teria graves consequências negativas para o orçamento e a nação", disse o CBO em seu "Budget and Economic Outlook", alertando que isso aumenta a possibilidade de uma "crise fiscal" nos EUA.

Os republicanos foram criticados pelos que defendem uma política fiscal mais dura, depois que aprovaram os cortes de impostos e um teto maior para os gastos públicos, sendo que o partido atacou o ex-presidente Barack Obama por manter um grande endividamento depois da Grande Recessão.

Enquanto tentam conter as críticas de irresponsabilidade fiscal, os republicanos do Congresso se preparam para votar uma emenda constitucional voltada para um orçamento mais equilibrado, o que deve ocorrer mais para o fim desta semana. Oponentes classificam a medida de factóide, e ela não deverá ser aprovada pelo Senado.

O presidente Donald Trump demonstrou insatisfação ao assinar a lei de gastos de US\$ 1,3 trilhão do Congresso, sugerindo inicialmente que poderia vetá-la se mudar de ideia. O governo busca agora uma medida de "rescisão" que tentaria congelar temporariamente alguns itens do pacote de gastos, mas isso teria de ser seguido por uma ação do Congresso para ter efeito permanente.

A última vez que os EUA tiveram déficit de mais de US\$ 1 trilhão foi em 2012, logo após a Grande Recessão. Déficits orçamentários da escala prevista pelo CBO ontem são incomuns, uma vez que a economia está em expansão.

A análise do CBO prevê um salto no crescimento do PIB neste ano, para 3,3%, devido aos efeitos das medidas de estímulo fiscal, em comparação ao crescimento de 2,6% em 2017. No entanto, a expansão começará então a perder força, com o crescimento recuando para 2,4% em 2019 e 1,8% em 2020. Essa é uma perspectiva menos otimista que a apresentada pelo governo Trump no orçamento mais recente, que sugeria que a economia tem força para crescer 3% ao ano na primeira metade da próxima década, com apenas uma modesta desaceleração depois disso.

Entre os motivos da desaceleração do crescimento estão os juros mais altos definidos pelo Federal Reserve. O CBO acredita que o Fed aumentará as taxas de juros de curto prazo para 4% até 2021, bem acima da estimativa de longo prazo do Fed de 2,9% para sua taxa oficial.

O CBO disse ainda que o crescimento potencial do PIB dos EUA poderá ser de 1,9% entre 2018 e 2028, beneficiado pelos cortes iniciais dos impostos, que deverão estimular os investimentos e a oferta de mão-de-obra. Isso seria mais que a taxa média de 1,5% desde 2008, segundo o CBO.

Com a dívida continuando a subir, o país será forçado a dedicar uma parcela crescente dos gastos públicos para o serviço da dívida. Os pagamentos líquidos de juros subirão de 1,6% do PIB, em 2018, para 3,1% em 2028. Isso significa que os pagamentos de juros pelo governo representarão uma parcela substancialmente maior do PIB que os gastos com defesa.

'Solidão geopolítica' **Valor Econômico - 10/04/2018**

A Rússia abandonou as aspirações de séculos de se integrar ao Ocidente e se prepara para uma era de "solidão geopolítica", disse Vladislav Surkov, conselheiro do presidente Vladimir Putin. Em artigo na revista "Russia in Global Affairs", Surkov disse que "a jornada épica da Rússia rumo ao Ocidente" e "tentativas" de ser parte da civilização ocidental acabaram.

Nos EUA, cresce pressão por diálogo com China **O Globo - 10/04/2018**

Após a piora na retórica dos Estados Unidos e da China, aumenta a pressão para que a guerra comercial entre as duas nações fique apenas nas palavras. Além da turbulência no mercado financeiro, pesa a favor da negociação a pressão de importante parte do eleitorado de Donald Trump, principalmente em estados rurais.

Otaviano Canuto, diretor executivo do Banco Mundial para o Brasil e mais oito países, acredita que o sistema de pesos e contrapesos da Casa Branca tende a diminuir a pretensão de Trump de punir as exportações chinesas, apesar de lembrar que, em matéria comercial, o presidente americano tem muito poder de criar barreiras com o argumento de defesa nacional.

Ao ser perguntado se Trump pode estar repetindo com a China sua estratégia habitual — ameaçar fortemente, para depois negociar com uma contraparte fragilizada —, Canuto afirma que isso pode não estar gerando os resultados esperados:

— A questão é que temos que esperar o bom-senso. É preciso ver que a estratégia de Trump falar grosso com outros países, como na questão do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, com Canadá, EUA e México), não deu resultado até o momento. PEQUIM PODE MEXER NO YUAN Ontem Trump tentou acenar para parte relevante de sua base, o setor rural, e prometeu que vai “compensar” os fazendeiros por possíveis efeitos negativos da guerra comercial.

A indústria e outros setores, em geral, aumentam a pressão na Casa Branca para iniciar uma negociação com a China. Mas especialistas afirmam que há dificuldades para isso.

— A pressão por parte do setor empresarial americano está aumentando, e era meio inevitável que isso ocorresse. O grau de interconectividade da economia americana com a chinesa é enorme — afirmou Monica de Bolle, professora da Universidade Johns Hopkins e pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics. — O problema é que desde a saída de Gary Cohn (do posto de assessor econômico de Trump) , não há muita interlocução com o setor empresarial.

E um novo elemento de tensão entrou em cena ontem: fontes disseram à Bloomberg que a China estuda o impacto de uma depreciação gradual do yuan.

Acordo com UE deve ser concluído no primeiro semestre

DCI - 10/04/2018

Conclusão do acordo negociado com a União Europeia por quase 20 anos deve ocorrer até o fim deste semestre, disse o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcello Estevão, durante o evento “Brasil e Mercosul: em direção ao racionalismo aberto”, da FGV.